

“Precisamos pensar a educação da creche até a pós-graduação”

Duas semanas depois de ter sido nomeado coordenador da área de educação da equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o gaúcho José Henrique Paim já tem um diagnóstico dos problemas da pasta e definidas as prioridades. O economista e ex-ministro da Educação do governo Dilma Rousseff defende abordagem sistêmica de aprendizagem, com atenção das creches até a pós-graduação. Na sexta-feira, Paim, que também foi presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e secretário-executivo do MEC, recebeu o colunista em um hotel de Brasília. Atualmente, é professor na FGV. Na conversa, destacou a necessidade de garantir acesso à internet a todos os estudantes do ensino público e a possibilidade de voltar à Esplanada em janeiro.



ANTONIO CRUZ, AGENCIA BRASIL, 09/10/2014

O ex-ministro Fernando Haddad disse que uma das preocupações do núcleo de educação é a reorganização interna do Ministério da Educação nos últimos quatro anos. Pelos dados que o senhor teve acesso até agora, qual é o diagnóstico?

Precisamos adaptar a estrutura do MEC àquilo que realmente é prioritário na educação brasileira: a recomposição da aprendizagem na alfabetização das crianças, passando pelos anos finais do Ensino Fundamental e, obviamente, em relação ao Ensino Médio.

No núcleo da educação, há personalidades com diferentes conhecimentos e experiências. É possível manter o foco em meio a tantas pessoas?

Primeiro, tivemos um diagnóstico mais geral da educação e alguns princípios que foram acordados. O princípio é de que a política educacional brasileira tem de estar associada ao que chamamos de visão sistêmica. Precisamos pensar da creche até a pós-graduação. Porque, quando falamos em educação básica, existe um elemento muito importante que é a formação de professores, que se dá no Ensino Superior. É importante uma ação do ministério que envolva todos esses níveis educacionais e, obviamente, cuidando de cada etapa da educação básica e do Ensino Superior. Nesse sentido, vamos dividindo por temas, e a partir do conhecimento, atuação de cada um, especialidade de cada pessoa, se é

um secretário estadual ou municipal, se foi um gestor, um reitor, a gente vai definindo a contribuição que ela pode dar dentro da elaboração do relatório.

As reuniões são presenciais?

Estamos trabalhando, em função da questão prática, com reuniões híbridas: pessoas que estão pessoalmente e outras que acabam fazendo sua participação de forma virtual. Tem funcionado muito bem, é uma equipe de alto nível. Temos também diálogo com vários setores, que têm demonstrado muito interesse em conversar e colocar suas percepções, preocupações, todos associados à questão orçamentária, política, pedagógica e de estratégia de ensino.

Muito tem se falado sobre o retorno da ideia de atrelar o recebimento dos R\$ 600 do Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, à manutenção de crianças nas escolas. Já foi definido?

Sem dúvida alguma. Vários estudos demonstram que o repasse do recurso para as famílias mais pobres diminuindo o abandono e a evasão, melhorando a frequência na educação, faz toda diferença. Por essa razão, ao longo dos anos, fomos diminuindo o abandono e a evasão, melhorando a frequência na educação básica. Essa ação foi fundamental e precisa ser retomada, até porque temos uma questão adicional: os efeitos da pandemia.

Políticas que incidem na melhoria da frequência e da permanência do aluno são muito importantes.

A pandemia escancarou o descompasso de tecnologia entre escolas públicas e privadas. Como falar de ensino digital em escolas que muitas vezes não têm estruturas mínimas?

O grande ponto agora é garantir, e a União tem de assumir esse papel e vamos recomendar isso no nosso trabalho, a conexão. Temos programas de assistência estudantil, como alimentação e transporte escolar, livro didático, que precisam ser recompostos, mas temos de incluir acesso à internet a todas as crianças e jovens na escola pública. Esse é o elemento central. A aprendizagem remota é elemento estratégico para a escola, inclusive na recomposição da aprendizagem. Tanto a escola quanto o estudante têm de ter as condições necessárias para que possam receber essa aprendizagem remota.

Falando de Ensino Superior, nos governos anteriores do PT houve grande número de instituições de ensino que surgiram para atender a uma demanda de jovens que buscavam o diploma por meio de incentivos, como Prouni, Fies e SisU. Mas a realidade financeira hoje do país é diferente. Como equalizar?

Tivemos um problema muito sério nesses últimos anos que tem a ver com a pandemia, mas também com a ausência de políticas que gerem oportunidade para os jovens. Isso acabou levando o país a uma distopia. Temos redução enorme de participação dos jovens, daqueles que concluíram o Ensino Médio, no Enem. Isso é reflexo da desesperança dessas pessoas com a educação. É reflexo da necessidade de muitos jovens de trabalhar. Temos de ter uma política de oportunidades.

E os professores?

Têm papel fundamental nisso. Eles têm de estar motivados para fazer esse trabalho. É muito difícil implementar qualquer ação de recomposição da aprendizagem e de geração de oportunidades com o uso de toda essa rede pública se não houver alinhamento estratégico entre o professor que está na sala de aula, o coordenador pedagógico, o diretor da escola, a regional do Estado e a secretaria. Esse alinhamento pedagógico tem de começar de baixo para cima.

O senhor aceitaria ser ministro novamente?

Passei 11 anos no MEC. Pelo trabalho que fiz no ministério, fui convidado pelo ministro Fernando Haddad para coordenar esse grupo. Obviamente que ele conversou com o presidente Lula sobre isso, e tenho posicionamento muito claro: eu quero ajudar a educação do Brasil, esteja onde estiver.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Diários do Poder **Página:** 10